

No discurso de Sarney,

5 JUN 1986

o incentivo para a cultura

ESTADO DE SÃO PAULO

Esse é o pronunciamento na íntegra do presidente José Sarney ao encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei que concede incentivos fiscais para a arte e a cultura do Brasil. Não consta do texto a parte de improviso.

Minhas senhoras e meus senhores, Estamos aqui para encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei que concede incentivos fiscais para a arte e a cultura do Brasil.

Este é um projeto que me toca especialmente, não apenas como escritor, mas como político e brasileiro.

Há 14 anos, senador da República, apresentei-o pela primeira vez ao Congresso. E não quis dizer adeus àquela minha casa sem antes, no último dia como senador, reapresentar o projeto que não pudera ser examinado, por impedimento constitucional, dada a exclusividade da iniciativa do Executivo em matéria fiscal, foi minha última participação no Legislativo.

Creio que este projeto é tão importante que, tivesse ele sido aprovado então, eu o consideraria, talvez, minha mais importante contribuição, como parlamentar, para o desenvolvimento do meu país.

Alguns outros passos foram o aumento de recursos para a área, a isenção de tributos de importação para instrumentos musicais e materiais de pintura — reivindicação velha de dezenas de anos —, a própria criação e estruturação do

ministério da Cultura e muitas outras iniciativas no setor.

Do ministério da Cultura, ou, em destaque, do ministro da Cultura, pois considero que este é um ministério que depende muito do ministro, em si.

Deve ter alguém que possa participar do governo e, em pé de igualdade, participar da discussão de todos os problemas do País. Os órgãos culturais poderiam existir sem o ministério, como já existiriam, mas não sem uma participação nesse nível.

Está é a importante participação que o ministro Celso Furtado está desempenhando e demonstrando objetividade e trabalho.

Orgulho-me, aliás, de ter em meu governo homens como ele e como outros, que discutiram comigo este projeto: Dilson Funaro, Marco Maciel, João Sayad, Renato Archer, Jorge Bornhauiel, sensíveis ao problema intelectual, compreendendo o papel fundamental que tem a cultura e a inteligência no desenvolvimento de um país.

Não foi à toa, para dar um exemplo, que os Estados Unidos importaram a quantidade de cérebros e de obras de arte que importaram: graças a essa sementeira, construíram uma nação, desenvolveram a energia nuclear, foram ao espaço; têm os maiores museus e as mais numerosas e melhores orquestras; lá moram, desde o pós-guerra, grandes pintores, grandes poetas e romancistas,

grandes dançarinos, músicos, homens de teatro e de cinema — e eles são de todas as nacionalidades. E, como os Estados Unidos, também apoiaram estrategicamente a cultura: a França, e a Inglaterra, e a União Soviética, e Israel, e o Japão. Ninguém pode ser potência, sem ser potência cultural.

O dinheiro colocado em bolsa de estudos, em livros e em outros insumos culturais, nunca foi supérfluo ou luxo; é, antes, o investimento mais inteligente e de melhor retorno. Como diz o ditado chinês: "Ensina o homem a pescar..."

Senhoras e senhores, Devo contar um pequeno episódio: recentemente, ao visitar Cabo Verde, perguntei a seus dirigentes em que o Brasil lhes poderia ajudar. Responderam: "Mande-nos livros". Que grande lição, de um povo tão necessitado!

O respeito à inteligência é marca que procuro imprimir ao governo, onde haverá sempre lugar para a integração com artistas, escritores e os que trabalham com cultura. No governo, eles estarão dentro do palácio, em torno da mesa de trabalho, tentando juntos encontrar caminhos para construir um Brasil melhor.

O objetivo é criar um renascimento cultural, no Brasil, que se intensificará nos próximos anos. Isso se dará não só pela vontade do governo, mas porque esse renascimento já começou, vindo pelas mãos da liberdade que chegou e da discussão sem travas de nosso momento e de nosso destino.

Não bastam, no entanto, o clima de liberdade

e de criação e o ambiente de reencontro e redescoberta que respiramos. É necessária a modernização do artista e de seus sistemas de produção, que escritores e artistas plásticos melhorem sua preparação técnica e se profissionalizem, e que editoras, companhias de teatro e dança, orquestras de música, museus e entidades culturais sejam administrados com objetividade.

É necessário também para isso, além de boas escolas e centros de formação, muito apoio, e apoio realista. Flandres, Venezuela tiveram seus banqueiros; Florença teve seus Médicis; Viena, seus príncipes; Paris, no começo deste século, teve seus financistas; os Estados Unidos tiveram suas indústrias e seus pequenos contribuintes. Cada grande momento cultural tem por trás uma acumulação econômica ou uma grande motivação social. O que nós queremos agora é que os financiadores desse novo surgimento sejam a própria sociedade brasileira, do indivíduo comum à grande empresa. Não mais o governo, paternalmente, sozinho.

Essa é a grande mudança que a lei propõe. Toda inovação é uma experiência, a ser avaliada oportunamente nos seus resultados, mas que, mais que valores frios que poderão ou não tornar-se realidade — esperemos que se tornem, mas não é possível garantir —, pretende mudar a idéia de que é o Estado, e o Estado apenas, que deve sustentar a arte e a cultura.

Fazer isso será permitir que o Estado arbitre qual arte e qual cultura devem ser apoiadas, e

também permitir que cada governo que goste menos de cultura, ou cada período de dificuldade econômica sufoque e deixe ao desamparo a produção cultural, os artistas plásticos, os escritores, essa em razão, aliás, de termos poucas instituições culturais fortes: e que instituições culturais precisem de tempo para se firmarem e criarem raízes na sociedade e no viver dos indivíduos. E nunca lhes demos tempo para isso, antes de crescerem, vem a geada da falta de verbas, o desencanto e o desestímulo.

Por outro lado, se conseguirmos ajudar, didaticamente, o povo brasileiro a se tornar responsável ele próprio, diretamente e sem maiores entraves burocráticos, por sua arte e por sua cultura, por sua criação e por sua memória, ficando o Estado apenas como regulador do processo, corrigindo as distorções onde as houver e ajudando as áreas e os produtores culturais mais carentes, estaremos mudando a mentalidade da sociedade brasileira. Estaremos inserindo a sociedade brasileira no conjunto das sociedades industriais modernas, conjunto de sociedades onde o saber, a arte e a cultura têm um lugar tão importante que faz com que, apenas em Nova York, por exemplo, os recursos envolvidos com arte e cultura no ano de 1984 tenham sido da ordem de 30 bilhões de dólares.

Finalmente, esta lei pretende, junto com outras medidas que tenho tomado em várias áreas, ajudar a fazer a sociedade voltar-se para o futuro.

Não podemos continuar olhando para as dificuldades de ontem, quando temos mundos a conquistar, minérios e petróleo sob nossos pés, tanto alimento para ser colhido e horizontes imensos à nossa frente. Olhem para o futuro!

Que esta lei abra espaço para os teatros, para programas culturais na televisão, os livros, os pincéis, os estúdios, os arquivos, os discos, as ruas, a arte e a cultura, erudita ou popular!

Que o mais humilde e o menos humilde dos brasileiros tenham orgulho de sua língua, de sua maneira de ser, de sua dança e de seu canto. Que a literatura e o folclore tenham apoio para manterem a chama que não morre nunca.

Que o brasileiro aprenda a respeitar e cultivar a sua cultura, sabendo que isso será sempre dele próprio.

Os regimes autoritários matam em primeiro lugar a liberdade da inteligência. De criar, de pensar, de ousar. Só a literatura e a arte podem germinar a libertação. Um país não se faz sem poetas. Devo repetir: eles sonham. E sonhar é desvendar o futuro e a eternidade.

Que aqui se respire sempre liberdade e criação, e que a arte e a cultura, a beleza e a inteligência, respeitando integralmente o que somos e o que fomos, abram as portas para os amanhãs de nossa terra.

Muito obrigado.